

# **A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO IDEOLOGIA DA PSEUDOESQUERDA ELEITORAL**

*Cleito Santos<sup>1</sup>*

Uma das principais características dos defensores da economia solidária é defini-la por aquilo que ela não é, ou seja, a autogestão.

O desenvolvimento da economia solidária no Brasil, nas últimas três décadas, têm sido marcado pela ideia de que a mesma se constitui enquanto uma oposição à economia de mercado e, portanto, marcada pela inexistência de competição, mercado capitalista, exploração do trabalho. Em contraposição, a economia solidária seria o espaço de realização do cooperativismo, da autogestão da produção, da igualdade e da solidariedade. Segundo SINGER (2002), seria outra economia, um modo de produção solidário. De acordo com os divulgadores de tal ideologia, estaríamos no limiar de um novo mundo. Mas será que isto ocorre de fato?

O desenvolvimento capitalista pós-segunda guerra mundial colocou em xeque o projeto de capitalismo estatal preconizado pela pseudoesquerda nas suas mais variadas vertentes. Da socialdemocracia ao bolchevismo (leninismo, trotskismo, stalinismo, maoísmo) foram questionados sobre o projeto de sociedade estatizada. Paralelo ao processo de crise do capital nas décadas de 1960-1970, emergem novas lutas sociais no interior do capitalismo ocidental que fazem ruir as perspectivas reformistas e autoritárias da pseudoesquerda – partidos comunistas, social democratas e socialistas.

Como consequência desse processo de crise econômica, da exploração do operariado fundada na organização taylorista-fordista de produção e das lutas que emergiram em resposta às formas capitalistas de dominação e exploração, a pseudoesquerda se viu diante da necessidade de reformular os discursos e as ideologias na tentativa de se adequarem à nova realidade trazida pelo desenvolvimento do capitalismo.

---

<sup>1</sup> Professor do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás. Militante do Movimento Autogestionário.

É neste quadro geral que emergem novas proposições assimilacionistas tais como: economia de mercado socialista, economia social, economia solidária, cooperativas de trabalho e de crédito para fazer frente à impossibilidade de garantia de emprego, de melhorias salariais, dentre tantas outras.

Ressalta-se o fato de que a partir da segunda guerra mundial, inicialmente na Europa, a pseudoesquerda eleitoral passa a despontar de reais possibilidades eleitorais tendo em vista os problemas sociais gerados pelo desemprego em curso, fruto das políticas capitalistas de contenção de gastos públicos e de intensificação da apropriação da mais-valia por parte da burguesia.

Diante desta conjuntura, a partir dos anos 1970-1980, e como resposta ao Estado de Bem-Estar Social em vigor, o neoliberalismo se institui como ideologia do capitalismo em crise. Desde o capitalismo central, estabelece então, o combate neoliberal às proposições keynesianas de intervenção estatal na economia. De modo geral, avança o desemprego, implantam inovações tecnológicas, surgimento de formas de gestão e organização da produção com a imposição à classe operária de condições de trabalho e de vida aviltantes. Em síntese, os capitalistas impõem novas condições que possibilitam a intensificação da extração de mais-valia relativa.

Paralelo a este processo, o capitalismo de estado inicia a sua dissolução com a queda do muro de Berlim em 1989 e a derrocada da União Soviética em 1991. Assim, a pseudoesquerda fica atordoada e sem referência para defender um tipo de capitalismo minado pela estatização, pela existência de relações sociais de exploração capitalista, pelo controle total sobre a sociedade e pela repressão intensa contra a classe operária.

Das ruínas do capitalismo de estado emerge, no seio da pseudoesquerda eleitoral, novas tentativas de conquista do poder estatal. Daí passam a falar em socialismo democrático, economia socialista de mercado, políticas sociais de geração de emprego e renda, economia solidária, cooperativismo, “autogestão”. Cria-se uma nova gramática no seio da pseudoesquerda e isto ocorre em escala planetária.

No Brasil, o PT é o partido emblemático dessa nova fase da pseudoesquerda. Da sua criação em 1979 até chegar ao poder central em 2003, o partido passou por diversas experiências administrativas em prefeituras de diferentes estados do país. Ao mesmo tempo foi se consolidando em diversas instituições basilares que colaboravam

para a construção do projeto da burocracia petista. Universidades, intelectuais, sindicatos, associações e partido estabeleceram a aliança que culminou na definição de uma visão eleitoral e na busca do poder estatal associado com a classe dominante. Nos institutos e fundações, nas universidades com forte presença do ideário da burocracia petista e nos sindicatos, controlados pelo partido, são gestadas as ideias que compõem o projeto de sociedade da burocracia enquanto classe social.

A burocracia partidária, sindical e universitária, aliada à outras agremiações da pseudoesquerda - PC do B, PSB, tendo direta e indiretamente contribuições de PSTU, PSOL e outros - se vê diante da possibilidade real de colocar em prática os projetos reformistas, apresentados como fomentadores de um novo modo de produção; nos dizeres do ideólogo Paul Singer: o modo de produção solidário.

Desse modo, a economia solidária passa do discurso à prática com a instalação de experiências a partir de “fábricas recuperadas”, da criação de cooperativas de trabalho e crédito, da criação de instituições que irão pensar e divulgar as proposições da burocracia reformista. A pseudoesquerda ao assumir o projeto de administrar o capitalismo e a democracia burguesa, deixou para trás a velha fraseologia sobre socialismo, comunismo, internacionalismo e passou a valorizar as ideologias que proliferaram no pós-1970 no interior do capitalismo transnacional. A economia solidária se insere nesse contexto.

Ao analisar a relação solidariedade e economia competitiva, Singer conclui que:

(...) a solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualmente pelos que se associam para produzir, comerciar ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais. Na cooperativa de produção, protótipo de empresa solidária, todos os sócios têm a mesma parcela do capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões. Este é o seu princípio básico. (...). Ninguém manda em ninguém. E não há competição entre os sócios: se a cooperativa progredir, acumular capital, todos ganham por igual. (SINGER, 2002, p. 9).

Ao que parece, Singer esquece que existe o capitalismo e as condições históricas em que este modo de produção vem ao mundo. Fica evidente as confusões (propositais?) de um economista de reputação internacional. Desde que o capitalismo

existe sabemos que categorias como empresa, lucro, capital, acumulação, só fazem sentido nesse modo de produção.

O capital é uma relação social que explicita as formas de exploração do trabalho expressas no assalariamento. Assim como o capital, a classe operária só existe numa relação específica de exploração e apropriação de mais-valor por parte dos capitalistas. Será que nosso economista imagina o “modo de produção solidário” com a existência de categorias históricas próprias do modo de produção capitalista? Ou será que no afã de construir a perspectiva ideológica da burocracia enquanto classe, cabe a falsificação histórica?

Solidariedade e igualdade dentro de relações sociais tipicamente capitalistas só podem ser possíveis se abstrairmos a realidade da economia capitalista atual, em que os oligopólios exercem o controle e a pressão sobre as formas de produzir, como produzir e para que mercado produzir. Talvez a economia solidária de Singer e de seus seguidores seja o verdadeiro Titã da era contemporânea, pronto para lutar e nos livrar das relações sociais de produção capitalistas, da economia competitiva, instaurando com um único golpe a solidariedade, a igualdade e o lucro para os trabalhadores. Só assim podemos compreender que a economia solidária, ao acumular capital promoverá a igualdade.

Nesse sentido, a afirmação abaixo aprofunda a ideologia reformista que nega a possibilidade da classe operária romper com o modo de produção capitalista. Uma vez que para efetivar, de fato, a economia solidária é preciso contar com os mecanismos estatais de “redistribuição solidária de ver renda”. Isto é bastante revelador e chegamos no ponto nevrálgico do pensamento reformista da burocracia petista. O “modo de produção solidário” deve contar com a existência do Estado para regular. Muito provavelmente trata de fazer a defesa dos interesses da burocracia estatal.

Dessa forma,

(...) a economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. (...). O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda (SINGER, 2002, p.10).

É sintomático que ao longo dos anos 1990 e 2000 diversas instituições burocráticas foram criadas para alimentar o ideário da economia solidária. No geral, e após a pseudoesquerda chegar ao poder, tais instituições passaram a integrar o Estado e o governo. Isto ocorreu com a criação da Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES), órgão do Ministério do Trabalho, com a criação da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), com a criação da União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo (UNISOL) e com a criação da UNITRABALHO.

Mesmo assim nosso economista afirma que o que caracteriza a empresa solidária é a forma de gestão democrática, que de forma manipulatória é definida como “autogestão” e, portanto, sem hierarquia; a estrutura rigidamente hierárquica seria típico da heterogestão da empresa competitiva. Muito provavelmente, e propositalmente, se esquece que tais instituições estão definindo e impondo aos trabalhadores submetidos à falácia da economia solidária regras, regulamentos, formas de associação, relações sociais de produção que são características do modo de produção capitalista.

Ainda de acordo com SINGER (2002), a diferença fundamental entre empresa capitalista e empresa solidária está na forma como são administradas. Enquanto na primeira predomina a heterogestão, na segunda vigora a “autogestão”, ou seja, a administração democrática. Ao mesmo tempo reconhece que, tanto em uma como em outra, a hierarquia existe. E conclui que tanto a heterogestão quanto a autogestão possuem virtudes e defeitos.

As contradições da economia solidária vêm à tona. De modo de produção em que vigora a “autogestão” como forma de administração, a solidariedade e a igualdade, de repente Singer passa a defender certo nível de desigualdade no interior do “modo de produção solidário”. Citando John Rawls, “para o qual alguma desigualdade é tolerável desde que ela sirva para melhorar a situação dos menos favorecidos” (SINGER, 2002, p. 13). *Então agora fica entendido: para que vigore a solidariedade e a igualdade apostamos na desigualdade!*

Outra contradição da ideologia da economia solidária é o fato da mesma ser instrumentalizada pelo Estado como um mecanismo de controle social em contexto de crise econômica e desemprego, precarização das condições de trabalho e crescimento da

economia informal, que abriga hoje um amplo contingente de trabalhadores. Desse modo, a economia solidária alavanca o projeto da burocracia estatal de conter os conflitos sociais decorrentes da forma de exploração e dominação da classe dominante sobre a classe operária.

O Estado, através do financiamento de empreendimentos solidários, da distribuição de verbas para instituições, como as incubadoras presentes nas universidades, fortalece a perspectiva do controle e da regulação social visando debelar ou conter o descontentamento daqueles que se encontram em situação de desemprego ou de precarização absoluta do trabalho. Daí o fortalecimento nos últimos anos da economia solidária como forma de gerar renda para populações que se encontram em situação de extrema pobreza, como é o caso dos catadores de materiais recicláveis. A pergunta é: qual o real poder de decisão desses trabalhadores diante de políticas e projetos previamente definidos no âmbito da SENAES ou de outras instituições burocráticas? E a resposta é óbvia: nenhum!!!

Portanto, a burocracia avança seu controle sobre amplas parcelas de trabalhadores num contexto em que a dependência econômica intensifica e o Estado é chamado para criar e manter as condições de subordinação dos trabalhadores ao capital. As “empresas solidárias” dentro da lógica de produção e reprodução das condições sociais impostas pelo capitalismo e os trabalhadores estão submetidos às mesmas formas de exploração presentes nas “empresas competitivas”. Estão aí as cooperativas de catadores de materiais recicláveis que operam dentro da lógica da exploração capitalista. É sabido que nas mesmas existe a figura do atravessador - aquele que compra o material reciclado e processado, financia as compras de máquinas e impõe o preço como qualquer outra empresa capitalista. Em síntese, vive da exploração do trabalho dos trabalhadores catadores.

*O mundo imaginário e distorcido alardeado como a emergência da solidariedade e da igualdade, do empoderamento e da “autogestão”, enfim, da economia solidária só existe como ideologia da burocracia estatal e da pseudoesquerda eleitoral, ambas defensoras do capital, do estado e das formas de exploração da classe operária. Nesse sentido, suas estratégias estão de acordo com os objetivos da classe capitalista: impor a dominação do capital e submeter os trabalhadores à lógica da economia capitalista.*

Sendo assim, economia competitiva e economia solidária soam como a distinção corrente entre grande empresa e pequena empresa capitalista e num futuro próximo, talvez, Singer venha a se converter no mentor intelectual, no grão-mestre, dos pequenos proprietários capitalistas tão logo a “empresa solidária” alcance o sucesso almejado. O que não será tão fácil, tendo em vista que a economia capitalista está cada vez mais oligopolizada e as ilusões dos ideólogos da economia solidária poderão se desfazer ao menor sinal de crise aguda do sistema capitalista de produção de mercadorias.

A concentração e centralização do capital avança a passos largos, a exploração da classe operária se intensifica e a divisão internacional do trabalho determina a posição de cada país no sistema de produção mundial de mercadorias e ao que parece, a economia solidária não terá lugar haja vista a própria dinâmica capitalista.

*Concretamente, a economia solidária representa a inserção subordinada de setores populares à lógica capitalista de produção e consumo. Os empreendimentos solidários demonstram esse caráter. À medida que se adequam à lógica da empresa, da competição e do lucro fica mais claro que a ideologia do “modo de produção solidário” é uma piada e que não se sustenta.*

Nem o Estado, e muito menos Singer, poderá socorrer e inventar fórmulas mirabolantes, como o mágico Roudini, para salvar a mocinha Economia Solidária dos grilhões do grande capital transnacional. Caberá à classe operária lutar e construir a verdadeira autogestão social enquanto modo de produção que abarca a totalidade das relações sociais, eliminando o capital, o Estado, o mercado, a empresa, o mais-valor, a divisão do trabalho, a classe burguesa e suas classes auxiliares, como a burocracia privada e estatal e suas formas repressivas.

No interior do capitalismo, a sociabilidade dominante reflete os valores burgueses e as relações de solidariedade, igualdade, liberdade não podem vigorar enquanto perdurar o modo de produção capitalista. A competição, a disputa, o individualismo são categorias que tem uma história e pertencem a um lugar e uma época: a sociedade capitalista ocidental que emergiu com a revolução industrial na era moderna e que invadiu todos os cantos do planeta na contemporaneidade. O fim da sociabilidade burguesa implica o fim do capitalismo. *A instauração de um novo modo de produção – a*

*autogestão social – significa a superação de uma época e a criação de novas categorias sociais que expressem esta nova realidade, marcada pela existência de autênticas relações de solidariedade e igualdade.*

Que a pseudoesquerda tema! Afinal seus interesses, como classe auxiliar da burguesia, estão em jogo. Portanto, irão se apegar cada vez mais ao Estado, às instituições, à hierarquia, para controlar e regular a vida dos trabalhadores, tentando evitar a reação da classe operária ao mundo fantasioso criado pelos ideólogos da economia solidária. Enfim, a autogestão não pode vir de dentro do Estado, através de órgão burocrático como a SENAES. A autogestão social só poderá emergir das lutas concretas do operariado contra o capital e significa a construção de uma nova sociedade distinta da sociabilidade capitalista.

### Referências

ANTEAG. *Autogestão em Avaliação. Ibase/ Anteag*, 2004.

FARIA, Maurício Sardá de. *Autogestão, Cooperativa, economia Solidária: avatares do trabalho e do capital*. Florianópolis: Editoria Em Debate, 2011.

GUILLERM, A e BOURDET, Y. *Autogestão: uma mudança radical*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

MAIA, Lucas. *Comunismos de Conselhos e Autogestão Social*. Pará de Minas-MG: Virtual Books, 2010.

MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. 5ª edição. São Paulo: Hucitec, 1986.

MATTICK, Paul. *Integração Capitalista e Ruptura Operária*. Porto-PT: Edições A Regra do Jogo, 1977.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

TEIXEIRA, Luiza Reis. *A Ideologia Política na Economia Solidária: uma análise de empreendimentos solidários em Salvador*. São Paulo: Hucitec, 2010.

VIANA, Nildo. *O Capitalismo na Era da Acumulação Integral*. São Paulo, Idéias e Letras, 2009.